

A VENDA A SALDO DE EMPRESAS PORTUGUESAS E O GARROTE DA DIVIDA EXTERNA CONTINUA A AUMENTAR: em Jun.2014 a divida ao estrangeiro atingiu 322.176 milhões €

Com a implosão do grupo BES, era de prever que aparecessem os “abutres” com o objetivo de comprar as melhores empresas a preços de saldo. E isso aconteceu e vai ter a ajuda deste governo. Paulo Macedo, em declarações aos órgãos de comunicação social, já afirmou que o governo não levantaria qualquer obstáculo à venda da Esprito Sando Saúde a um grupo mexicano, embora esta empresa tenha uma importância grande na área da saúde em Portugal, sendo mesmo responsável pela gestão do hospital público de Loures. O mesmo sucede com a seguradora Tranquilidade, objeto também da cobiça de vários grupos estrangeiros que a querem comprar por apenas 50 milhões €, certamente um preço de saldo. Pela mão deste governo já foram entregues a grupos estrangeiros o controlo de empresas estratégicas, como aconteceu com a CIMPOR, a EDP, a REN, a ANA, os CTT, a Fidelidade, o grupo de saúde HPP da CGD, e agora até a saúde, um bem público. E depois será o “Novo Banco”. Tudo isto com a justificação falsa de que é bom para Portugal e para o seu desenvolvimento pois, segundo ele, atrai investimento. No entanto, “esqueceu-se” de dizer que esse investimento não cria mais riqueza, mas limita-se a apropriar-se da existente. Por isso interessa analisar os efeitos desta política de subserviência ao estrangeiro.

O ENDIVIDAMENTO TOTAL AO ESTRANGEIRO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DAS EMPRESAS PÚBLICAS E PRIVADAS CONTINUA A AUMENTAR EM PORTUGAL

O quadro 1, com dados do Banco de Portugal, mostra a dimensão do endividamento das Administrações Públicas (Estado), das empresas (públicas e privadas), dos particulares e da banca ao estrangeiro, e como ela evoluiu durante o governo PSD/CDS.

Quadro 1 – Endividamento das Administrações Públicas, das empresas, dos particulares e da banca em Portugal no período 2010 – Junho de 2014

RÚBRICAS	2010		2011	2012	2013		2014	
	Milhões €	% PIB	Milhões €	Milhões €	Milhões €	% PIB	Milhões €	% PIB
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS								
Divida total Administrações Públicas	185.844	107,5%	214.378	241.413	252.914	152,6%	262.142	157,3%
Financiamento exterior Ad.Pública	103.140	59,7%	122.930	135.272	141.817	85,6%	141.432	84,9%
% Financiamento exterior	55,5%		57,3%	56,0%	56,1%		54,0%	
EMPRESAS PÚBLICAS								
Divida total empresas publicas	45.064	26,1%	49.039	44.371	44.886	27,1%	39.646	23,8%
Financiamento exterior empresas publicas	21.223	12,3%	21.053	17.616	16.236	9,8%	14.095	8,5%
% Financiamento exterior	47,1%		42,9%	39,7%	36,2%		35,6%	
EMPRESAS PRIVADAS								
Divida total empresas privadas	306.772	177,5%	310.630	311.735	306.973	185,3%	307.822	184,7%
Financiamento exterior empresas privadas	43.873	25,4%	46.634	57.488	66.248	40,0%	67.359	40,4%
% Financiamento exterior	14,3%		15,0%	18,4%	21,6%		21,9%	
PARTICULARES								
Divida total partculares	178.186	103,1%	173.898	167.115	159.918	96,5%	157.616	94,6%
Financiamento exterior de particulares	553	0,3%	562	558	548	0,3%	558	0,3%
% Financiamento exterior	0,3%		0,3%	0,3%	0,3%		0,4%	
SOMA (sem banca)	715.866	414,1%	747.945	764.634	764.691	461,5%	767.226	460,4%
Financiamento exterior	168.789	97,6%	191.179	210.934	224.849	135,7%	223.444	134,1%
% financiamento exterior	23,6%	23,6%	25,6%	27,6%	29,4%	29,4%	29,1%	29,1%
DIVIDA DA BANCA AO EXTERIOR	174.071	100,7%	138.181	113.391	94.860	57,2%	98.732	59,2%
DIVIDA TOTAL DO PAÍS AO EXTERIOR	342.860	198,4%	329.360	324.325	319.709	192,9%	322.176	193,3%

FONTE: Boletim Estatístico - Janeiro e Junho de 2014 - Banco de Portugal

Em Junho de 2014, a divida das Administrações Públicas, mais a das empresas (públicas e privadas) e a dos particulares atingia 767.226 milhões €, o que correspondia a 4,6 vezes o valor do PIB previsto para 2014. Para além deste colossal endividamento que cresceu significativamente com o governo PSD/CDS (entre 2010 e 2014, subiu de 414,3% do PIB para 460,4% do PIB), a gravidade é ainda maior se se tiver presente que parte importante desta divida resulta de financiamento exterior. Entre 2010 e 2014, o financiamento estrangeiro aumentou de 168.789 milhões € para 223.441 milhões €. Se juntarmos a esta divida ao exterior o financiamento da banca a operar em Portugal por grupos estrangeiros - 98.732 milhões € - conclui-se que, em Junho de 2014, a divida ao estrangeiro atingia 322.176 milhões €, o que correspondia a 193,3% do PIB previsto para este ano. Isto significa que depois de tantos sacrifícios impostos ao país, o garrote da divida externa não diminuiu. Entre 2010 -Jun2014, a divida das Administrações Públicas ao exterior aumentou de 185.844 milhões € para 262.142 milhões€, o que é extremamente preocupante pois, para além de ser enorme, gera dependências que são utilizadas para justificar mais e maiores sacrifícios.

A SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA DE PORTUGAL EM RELAÇÃO AO ESTRANGEIRO AGRAVOU-SE COM A “TROIKA” E COM O GOVERNO PSD/CDS

Como consequência da política de destruição da economia e do aumento do endividamento, a posição internacional de Portugal, traduzida na “Posição do Investimento internacional, em sentido lato”, agravou-se ainda mais com a “troika” e com o governo PSD/CDS de acordo com os dados do Banco de Portugal constantes do quadro 2.

Quadro 2- Posição do Investimento Internacional e rendimentos transferidos para o estrangeiro

ANOS	SITUAÇÃO DE PORTUGAL EM RELAÇÃO AO EXTERIOR - Milhões €			REDIMENTOS - Milhões €		
	ATIVO (Possuído por Portugal no exterior)	PASSIVO (Divida de Portugal ao exterior)	SALDO (Posição Investimento Internacional)	Recebidos do exterior	Pagos ao estrangeiro	SALDO
2010	321.881	507.102	-185.221	11.614	19.562	-7.948
2011	293.574	472.980	-179.406	10.057	18.546	-8.489
2012	287.870	479.586	-191.716	7.111	14.050	-6.939
2013	272.273	468.915	-196.643	6.745	12.670	-5.925
2014-Jun. ou Maio	280.224	485.264	-205.040	2.751	5.481	-2.730
2010-2014	-12,9%	-4,3%	10,7%	38.278	70.309	-32.031

FONTE: Boletim Estatístico - Janeiro e Junho de 2014 - Banco de Portugal

Entre 2010 e Junho de 2014, a chamada “Posição do Investimento Internacional”, ou seja, a diferença entre aquilo que Portugal (os portugueses) têm no estrangeiro ou têm a haver do estrangeiro menos aquilo que os estrangeiros possuem em Portugal e têm a receber dos portugueses, agravou-se pois passou de um saldo negativo de 185.221 milhões € para um saldo também negativo de 205.040 milhões €. Por exemplo, em Junho de 2014, o ATIVO do nosso país no estrangeiro era apenas de 280.224 milhões€, enquanto o PASSIVO atingia 485.264 milhões €. É uma diferença enorme, que significa, por um lado, que muitas empresas portuguesas já pertencem a estrangeiros e, por outro lado, que o país deve cada vez mais dinheiro a estrangeiros. É esta situação que a “troika” e este governo conduziram o país e, quando forem definitivamente corridos, deixarão uma pesada herança por muitos anos.

Mas as consequências deste crescente domínio de Portugal por grupos financeiros e económicos estrangeiros não ficam por aqui. Como mostram também os dados do Banco de Portugal do quadro 2 (*ver três colunas da direita*), este domínio determina a transferência de elevados rendimentos (riqueza) produzidos em Portugal para o estrangeiro. Entre 2010 e Maio de 2014, os rendimentos transferidos para o estrangeiro somaram 70.309 milhões €, enquanto os recebidos do estrangeiro somaram apenas 38.278 milhões €. Isto significa que Portugal transferiu mais 32.031 milhões € para o estrangeiro do que recebeu, o que correspondente a 19,2% do PIB (*igual ao défice orçamental de 4 anos*) causado precisamente pelo domínio e dependência criada relativamente aos grupos económicos e financeiros estrangeiros. Em Portugal, o Rendimento Nacional Bruto, ou seja, a riqueza que fica anualmente no nosso país, é inferior ao PIB, ou seja, a riqueza que é produzida anualmente em Portugal, o que significa que uma parcela da riqueza produzida todos os anos pelos portugueses é transferida para os outros países contribuindo para uma melhor vida nesses países à custa dos sacrifícios dos portugueses. Para além de tudo, há ainda a não esquecer que a elevada dívida externa é também utilizada pelos chamados “credores” para impor a Portugal, com a colaboração deste governo, uma política de sacrifícios e de redução das condições de vida dos trabalhadores e reformados para assim satisfazer os interesses dos grupos económicos credores como ficou claro nestes últimos anos.

E apesar de tudo isto ser nefasto para o país e para os portugueses, este governo ainda tem a desfaçatez de vir dizer, através de Paulo Macedo (*já antes Vitor Gaspar e todo o governo já tinham escrito o mesmo no documento de estratégia orçamental*) que é bom para o país os grupos estrangeiros adquirirem, a preço de saldo, as melhores empresas portuguesas.

Eugénio Rosa
Economista
edr2@netcabo.pt
23.8.2014